Abril - Ano 2023 Edição 296

CUT SINTSEF CONDSEF/FENADSEF 33 anos

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ | Fundado em 16/04/1989, no 1º Congresso Estadual da Categoria

Nova diretoria toma posse para gestão 2023-2027

Foto: Thainá Duete

Na imagem, a Direção Colegiada que tomou posse no dia 14 de março de 2023, para a gestão do quadriênio 2023-2027. O pleito eleitoral ocorreu nos dias 13 e 14 de fevereiro e contou com a participação de mais de dois mil filiados e filiadas. Foram 77 urnas espalhadas em todas as regiões do estado. Pág 2

editorial

A taxa de juros imposta pelo Bacen (13,75% ao ano) favorece apenas os mais riscos e prejudica os trabalhadores por impedir geração de empregos no país.
Pág 2

em pauta

Confira resultado das eleições Sintsef-CE 2023; Convocação dos filiados(as) para eleições dos Delegados de Base
Pág 2

jurídico

Sintsef-CE participa de Encontro Jurídico da Condsef; Saiba os canais de comunicação do setor jurídico e como agendar seu atendimento virtual
Pág 3

serviço público

Saiba tudo sobre: reajuste dos servidores, luta contra a extinção da Funasa
Pág 4

ATENÇÃO - O WHATSAPP DA COMUNICAÇÃO MUDOU!

Para fazer parte da **LISTA DE TRANSMISSÃO** e receber o boletim **VOZ DO SINTSEF-CE** diariamente, salve nosso **novo contato** em seu celular e nos mande um oi, com seu nome e cidade.

WHATSAPP DA COMUNICAÇÃO SINTSEF-CE **(85)99179-1973**

editorial

Bacen: A quem interessa juros tão alto?

Nos primeiros cem dias de governo do presidente do Luís Inácio Lula da Silva, um assunto é destaque e foi motivo de diversas manifestações no país: a queda de braço entre Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central e o governo Lula.

É de entendimento de muitos que, com a independência do Banco Central, o governo acaba por ficar refém da política monetária imposta pelo banco. No caso, o presidente do país fica refém de uma política de juros altos, mantendo o Brasil no topo do ranking global de juros reais, em 13,75%. Segundo o professor da Universidade de Columbia (EUA) e vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 2011, Joseph Stiglitz, a taxa de juros do Brasil é "chocante" e mataria qualquer economia.

Se pensarmos no comportamento da economia neste momento, esse se torna um fator complicador para um governo que pretende implementar uma política social mais inclusiva. Os juros altos cria limitações na medida em que favorece apenas os mais riscos e prejudica trabalhadores por impedir geração de empregos no país. A alta taxa de juros paralisa a economia e impede o país de crescer, distribuir renda e facilitar o acesso ao crédito. Afeta, e muito, a população que recorre à empréstimos bancários e sofre com juros elevadíssimos. O setor produtivo fica incapacitado de investir em emprego, comércio, serviço e indústria, e o dinheiro para especulação passa a ser prioridade.

> ***"Com a independência do Banco Central, o governo acaba por ficar refém da política monetária imposta pelo banco."***

Como o Banco Central (BC) se tornou independente do governo federal, numa decisão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), com aprovação do Congresso Nacional em 2021, o atual governo não tem ingerência sobre as decisões do BC.

Hoje, temos um presidente que, em sua posse, foi às lágrimas ao falar da fome que voltou a reinar no Brasil. Relembrou a quantidade de pessoas nos sinais pedindo comida e prometeu que vai tirar o brasileiro da fila do osso. Embora programas como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) lançado em Recife em meados de março, e outros de combate a fome façam parte das prioridades do governo Lula, podem não ser suficientes caso não sejam acompanhados de outros fatores como fortalecimento do salário mínimo e aumento de emprego, e encontrarem no caminho entraves como esse da decisão de manutenção de juros altos. Para se ter uma ideia de investimos sociais que poderiam ser feitos, a redução de apenas 0,5% da taxa de juros faria o governo ter à disposição mais de R$ 17 bilhões, o que equivale a um ano de Minha Casa Minha Vida e Farmácia Popular.

Precisamos de uma política economica que priorize o setor produtivo, a geração de emprego e renda para a classe trabalhadora, e não a especulação.

Pela redução dos juros, já!

A Direção Colegiada

em pauta

Diretoria, Conselho Fiscal e Coordenações das delegacias tomam posse em solenidade na sede do Sintsef-CE

Nove membros da Comissão Eleitoral (foto) foram responsáveis pela condução de todo o pleito

Membros do Conselho Fiscal

Na manhã do dia 10 de março, na sede do Sintsef-CE, ocorreu a solenidade de posse dos membros eleitos da Direção Colegiada, Conselho Fiscal e das oito Coordenações das Delegacias Sindicais de Base. A presença das Coordenações das Delegacias Sindicais de Base na solenidade de posse foi inédita, sendo a primeira participação conjunta na história do sindicato. Na imagem acima é possível conferir os integrantes do Conselho Fiscal e da Comissão Eleitoral que estiveram presentes e conduziram a solenidade, empossando cada diretora e diretor eleito. A Comissão Eleitoral foi responsável por cuidar para que todo o processo ocorresse com eficiência.

O pleito eleitoral ocorreu nos dias 13 e 14 de fevereiro e contou com a participação de mais de dois mil filiados e filiadas. Foram 77 urnas espalhadas em todas as regiões do estado, e todo o pleito ocorreu com tranquilidade e sem nenhum percalço. Embora a solenidade tenha acontecido dia 10 de março, a posse oficial ocorreu dia 14 de março de 2023.

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará - Rua 24 de Maio, 1201. Centro. Cep: 60.020-000 Fortaleza/CE - Fone: (85) 3255.7300 ***Direção Colegiada*** - **Coord. Geral:** Francisco Flávio Inácio de Lima, Roberto Luque de Sousa **Coord. Jurídica:** Francisco Adriano Duarte Fernandes, José de Assis, Sandra Lúcia da Silva Mota **Coordenação de Comunicação**: Lucy Mary Gomes Matos, Petrônio Ferreira Soares **Coord. de Formação Política**: José Afonso Barbosa da Costa, Luiz Lula de Souza Filho **Coord. de Finanças**: Josemar Martins Lima, Raimundo Nonato Costa Júnior **Coord. Sóciocultural**: Francisco José Alexandre Sousa, José Eugênio Tavares Barbosa **Coord. de Mulheres, Gênero, Raça, Diversidade e Juventude:** Barbara Osório Xavier Montezuma, Flávia Teixeira Sabóia, Maria Arlete Pereira Araújo **Coord. de Aposentados e Pensionistas**: Hervalino da Silva Moreira, Keila Margareth Candido Rolim, Pedro Jorge Guedes Barroso **Coord. Administrativa:** José Amorim Neto, José Arteiro da Silveira, José Helio Alves de Araújo **Coordenação de Org. e Sindicalização:** José Artur Camurça Torres, José Zezito dos Santos, Marcelo da Costa Miranda **Coord. de Saúde do Trabalhador:** Carlos Eugênio Pereira Soares Cícero Dias Lima, Daniel da Cruz de Oliveira **Coord. de Empresas Públicas:** Andréia de Sousa Quintela, Elizeu Lima Sousa, Francisca Gerina Gomes Braga. ***Conselho Fiscal:*** Abelardo Alencar de Lima, Antônia Lúcia Gomes dos Santos, Antônio Lima Santana da Costa Júnior, Benedito Batista de Holanda, José Augusto da Silva, José Rotiélio e Silva, Liduina Ferreira dos Santos, Manoel Pereira de Queiroz Filho, Maria Ivonilde da Silva Sales. ***Jornalista responsável:*** Letícia Alves ***Diagramação:*** Letícia Alves ***Estagiária:*** Thainá Duete ***Tiragem:*** 7 mil exemplares ***Impressão:*** Expressão Gráfica

Receba o boletim diário "A Voz do SINTSEF" em seu celular, basta adicionar o número (85) 99179.1973 na sua agenda e mandar um oi no whatsapp.

Sintsef-CE convoca filiados(as) a participarem das assembleias para eleição para Delegados(as) Sindicais de Base

Conforme previsto no Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Ceará (Sintsef/CE), após a posse da Direção Colegiada, realizada no dia 14 de março, dar-se início ao prazo de 60 dias para a realização das assembleias por local de trabalho para eleição de Delegados e Delegadas Sindicais de Base entre os filiados(as) do Sintsef-CE.

O período para as realizações de Assembleias começou no dia 15 de março e segue até o dia 13 de maio de 2023. De acordo com o Estatuto do Sindicato, os(as) Delegados(as) de Base ativos serão eleitos na proporção de 1 (um) delegado e 1 (um) suplente para cada 15 filiados na Base.

Em Fortaleza e Região Metropolitana, os(as) Delegados(as) de Base aposentados e pensionistas serão eleitos em uma única Assembleia realizada na sede do Sintsef/CE e contará com a proporção de 1 (um) delegado para cada 30 filiados na Base.

Para a realização da Assembleia, é necessário o quórum mínimo de cinco filiados presentes.

Ainda segundo o documento, os(as) Delegados(as) de Base aposentados e pensionistas do interior serão eleitos em uma única Assembleia na sede da Delegacia Sindical da região e/ou do seu respectivo município, obedecendo à mesma proporcionalidade citada acima.

Os órgãos que não alcançarem o número de até 15 (quinze) filiados serão eleitos numa assembleia única na sede da Delegacia Sindical e/ou no seu respectivo município obedecendo ao seguinte critério: 1 (um) delegado e 1 (um) suplente para 15 (quinze) filiados.

Após o período eleitoral, os delegados e delegadas eleitos(as) passam a integrar o Conselho dos Delegados Sindicais de Base. Essa instância se reúne de três em três meses para discutir e encaminhar as propostas de interesse da categoria.

Sintsef-CE participa de encontro jurídico da Condsef, em Brasília

Nos dias 23 e 24 de março, diretores e assessores jurídicos de entidades filiadas à Condsef em todo o Brasil participaram de debates de uma série de temas importantes para servidores federais no 11º Encontro Jurídico da Condsef/Fenadsef. A assessoria jurídica do Sintsef-CE e membros da coordenação jurídica participaram do evento, em Brasília-DF.

A mesa de abertura trouxe como tema a negociação coletiva para os servidores públicos e a regulamentação da Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). O direito à negociação coletiva no setor público é uma luta histórica, durante governos de Lula e Dilma foi possível acumular algum debate e a Convenção 151, inclusive, chegou a ser ratificada através de lei, mas falta ser regulamentada.

As complexidades desse processo e a necessidade de buscar avanços no debate foram destaque na mesa de abertura do encontro jurídico que contou com a participação do secretário de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), Sérgio Mendoça. Durante o evento no dia 24, entidades reuniram-se com ele para assinatura de termo de acordo do reajuste dos servidores federais, após sete anos sem um processo de negociação efetivo e com salários congelados.

Atendimento jurídico no Sintsef-CE pode ser presencial ou virtual

O jurídico do Sintsef-CE, mesmo após o controle da pandemia do coronavírus, continua ainda hoje com atendimentos virtuais, visto que essa modalidade favoreceu filiados que residem no interior ou que por outro motivo não possa comparecer à sede do sindicato. Esse atendimento virtual ocorre no período da tarde (13h às 17h) e necessita de agendamento realizado pelo site (www.sintsefceara.org.br). No dia e horário agendado, o advogado fará uma chamada de vídeo.

Já para atendimentos presenciais, o agendamento não é necessário. Basta se dirigir à sede do sindicato no período da manhã, de 8h às 12h, que o atendimento é realizado por ordem de chegada.

Para outras dúvidas, o filiado(a) pode também entrar em contato através dos números:

- **(85) 99735-0154 (somente whatsapp, não recebe ligação)**
- **Telefone fixo: (85) 32557349**
- **E-mail: juridico@sintsef-ce.org.br**

No site do sindicato, basta procurar por essa imagem, clicar e agendar seu atendimento virtual:

Receba o boletim diário "A Voz do SINTSEF" em seu celular, basta adicionar o número (85) 99179.1973 na sua agenda e mandar um oi no whatsapp.

Reajuste linear de 9%, com acréscimo de R$200 no auxílio-alimentação, terá início a partir de maio

Representantes do funcionalismo celebram retorno do diálogo e já projetam 2024. Âncora fiscal não pode ser empecilho na negociação, afirmam

No dia 31 de março, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de lei para a concessão de reajuste de 9% sobre a remuneração dos servidores aposentados, pensionistas e ativos. Também no dia 31, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) uma Portaria que eleva o valor nominal do auxílio-alimentação dos servidores ativos do Executivo Federal de R$ 458 para R$ 658.

O novo valor do auxílio-alimentação e reajuste do salário passa a ser pago aos servidores públicos federais, em todo o território nacional, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2023, a serem pagos em junho. É o primeiro reajuste após quase 7 anos de salários congelados, consequências do governo golpista de Michel Temer e do (des)governo genocida de Jair Bolsonaro. O último reajuste foi no governo de Dilma Rousseff, quando concedeu 10,8% à categoria, inlcusive com a incorporação das gratificações.

A Condsef/Fenadsef também reforça a importância de que o governo possa já encaminhar as propostas que não tem impactos orçamentários, como a instalação imediata das mesas setorais de negociação e a revogação de atos administrativos que prejudicam servidores e serviços públicos.

Servidores e servidoras federais também já começam a construir a campanha salarial de 2024. "Sabemos que para combater os efeitos do desmonte sofrido pelos serviços públicos e sentido pelos servidores, especialmente nos últimos anos, será necessária muita mobilização, muito debate e também muita luta, por isso, já começamos a trilhar esse caminho desde já", destacou o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva.

TERMO DE ACORDO ASSINADO

cipou, no dia 24 de março, no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), da cerimônia de assinatura do termo de acordo de reajuste. Segundo o MGI, o projeto de lei do Congresso Nacional (PLN) necessário para alterar a previsão orçamentária no Anexo V, ítem 5.1, da Lei Orçamentária Anual, já está assinado pela ministra do Planejamento, Simone Tebet.

Segundo a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, após mais de seis anos sem um processo de negociação efetivo, essa foi a negociação mais célere do serviço público, tendo sido tratada como emergencial já que a maioria está há quase sete anos com salários congelados. Assim como os representantes do funcionalismo, Dweck diz esperar que os dois projetos de lei sejam aprovados pelo Legislativo ainda em abril.

FUNASA: Reestruturação SIM, Extinção NÃO!

Comitiva do Sintsef-CE participa de mobilização, em Recife, contra a extinção da Funasa

Com faixas, cartazes e com a palavra de ordem "Reestruturação Sim! Extinção Não!", a comitiva da Condsef, com a participação do Sintsef-CE mostrou sua indignação contra a extinção da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) durante mobilização realizada no dia 22 de março, no Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães (Geraldão), em Recife.

Esta já é a terceira viagem que a direção do Sintsef-CE realiza com foco na defesa da Funasa. A primeira foi no período de 28 de fevereiro a 2 de março, em uma força-tarefa realizada pela Condsef/Fenadsef, em Brasília. A segunda foi logo em seguida, para o mesmo local e com a mesma finalidade.

O evento em Recife, teve como estratégia aproveitar o relançamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para realizar mobilização com faixas a favor da "não extinção da Funasa" e sim pelo seu fortalecimento e reestruturação.

De acordo com a comitiva, a comissão teve a oportunidade, através da Superintendente Estadual em Pernambuco (PE), Helena Batista, de entregar uma camisa da campanha em defesa do órgão para a assessoria do presidente Lula que se comprometeu entregar ao então líder. Também foi entregue um dossiê ao secretário-geral da presidência da república, Márcio Macêdo, que também se comprometeu entregar ao presidente.

Servidores da Funasa realizam paralisação em ato contra a extinção do órgão

A Direção Colegiada do SINTSEF-CE realizou, no dia 28 de março, uma paralisação contra a extinção da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). A categoria aderiu à paralisação após assembleia convocada pelo Sintsef-CE, realizada no dia 24 de março. Na ocasião, uma Comissão de Servidores foi eleita com a finalidade de conduzir e mobilizar as pautas dos servidores.

De acordo com a organização da atividade, foram realizadas visitas em unidades locais do Ministério da Saúde e Ministério da Inovação e Gestão, em protesto pela Portaria Interministerial MGI/MCID/MS nº 881/2023 (que altera a lotação e o exercício de centenas de servidores da extinta Funasa para os Ministérios das Cidades, da Saúde ou da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos).

Dentro das atividades da Comissão de Servidores está, também, a realização de visitas nos veículos de imprensa com o objetivo de sensibilizar a mídia a fazerem matérias explicando para sociedade as consequências da extinção da Funasa.

Receba o boletim diário "A Voz do SINTSEF" em seu celular, basta adicionar o número (85) 99179.1973 na sua agenda e mandar um oi no whatsapp.